



## PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

### ESTADO DE PERNAMBUCO PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO 2014 RESOLUÇÃO TCE Nº 19/2014

#### ITEM Nº21

Declaro, para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em atendimento ao item Nº21 da Resolução TC Nº 19/2014, que relata as **Auditorias realizadas**, tenho a declarar o seguinte: foi realizada auditoria no período de janeiro de 2014 a fevereiro de 2014, por comissão constituída por esta Controladoria em relação à gestão de recursos da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, do período de janeiro de 2011 a dezembro de 2012, tendo sido encaminhado relatório conclusivo ao Ministério Público do Estado de Pernambuco – 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania do Cabo de Santo Agostinho, o qual, com base nos trabalhos realizados por esta Controladoria, ajuizou Ação Civil Pública.

Cabo de Santo Agostinho, 10 de fevereiro de 2015.

Alinne Girlaine Liberal Torreão  
Controladora Geral do Município

(Período de Gestão: 01/01/2014 à 31/12/2014)



**PREFEITURA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA**

**AUDITORIA ESPECIAL NA FACHUCA DE ACORDO COM A PORTARIA  
GAPRE Nº 0541 DE 18/09/2013.**

Auditoria de Avaliação da Gestão.

Base Legal: Constituição Federal Art. 70 “in verbis”.

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. (grifos nosso)

Período de realização: Janeiro de 2014

Composição da equipe: Presidente: Augusto Cesar Cavalcanti Bezerra, Mat. 40670.  
Membro: Glesson Stelio Vieira Barbosa, Mat. 32470.  
Membro: Walton Pereira Lima, Mat. 32466.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. ACHADOS DE AUDITORIA	4
2.1. IRREGULARIDADES	4
2.1.1. Pagamento irregular à empresa UNIGED - UNIDADE DE GESTÃO EDUCACIONAL LTDA - ME.	4
2.1.2. Recolhimento em atraso do FGTS.	4
2.1.3. Pagamentos indevidos feitos à Direção da Autarquia.	4
2.1.4. Conta de Energia Elétrica em nome de Pessoa Física.	5
2.1.5. Contratação Indevida de Guardas Municipais pela Autarquia.	5
2.1.6. Recolhimento de Tributos sem o devido repasse ao Órgão Arrecadador competente.	5
2.1.7. Arrecadação não prevista no Orçamento e pagamentos não autorizados (caixa 02).	6
2.1.8. Recibo de pagamento assinado por pessoa diversa da que consta do Empenho a que está vinculado o referido pagamento.	6
2.1.9. Favorecimento na contratação de estagiários.	7
2.1.10. Contratação e pagamentos à fornecedores e prestadores de serviços de forma ilegal.	7
2.1.11. Compra de materiais inúteis para a Autarquia.	7
2.1.12. Existência de Execuções Fiscais contra a Autarquia.	7
3. CONCLUSÃO	8
3.1. RESPONSABILIZAÇÃO	8
3.2. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO	8
3.2.1 Recomendações	8

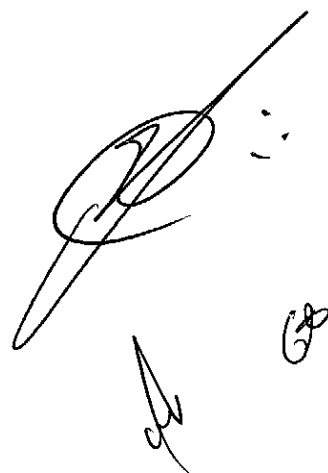


## 1. INTRODUÇÃO

Conforme Portaria Gapre nº 0541, de 18 de Setembro de 2013, foi realizada Auditoria Especial na FACHUCA – FACULDADE DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS, relativa ao período de Janeiro de 2011 a Dezembro de 2012, tendo por objetivo:

Verificar adequação dos procedimentos administrativos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicações das subvenções e renúncia de receitas, de acordo com a legislação pertinente.

O Estado, desde os períodos mais remotos até os atuais, para cumprir suas finalidades de promover o bem estar e o desenvolvimento social necessita de receitas e realizar despesas em prol da sociedade. Os recursos despendidos ou gastos pelo Estado pertencem ao povo. Assim sendo, existem regras para a arrecadação de receitas e realização de despesas. As regras gerais são estabelecidas pelo poder Legislativo em nome dos cidadãos que lhe conferem esse poder e devem ser cumpridas por todos os poderes.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

## 2. ACHADOS DE AUDITORIA

Concluída a Auditoria, foram identificados os achados de auditoria relacionados nos itens a seguir:

### 2.1. IRREGULARIDADES

#### 2.1.1. Pagamento irregular à empresa UNIGED - UNIDADE DE GESTÃO EDUCACIONAL LTDA - ME.

A FACHUCA realizou pagamento à empresa UNIGED-UNIDADE DE GESTÃO EDUCACIONAL LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.274.238/0001-80. Contudo, deixou de realizar as retenções dos tributos ISS, e IR retido na fonte, pois apesar da razão social constar "ME" (micro empresa) a mesma não se encontra cadastrada no "Super Simples", conforme consulta em anexo ao relatório, como também, deixou de exigir apresentação das respectivas certidões negativas do prestador de serviços.

Ademais, vale ressaltar, ainda, que o valor contratual foi o limite máximo permitido para dispensa de licitação na contratação de serviços gerais pelas autarquias, totalizando R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

*Art. 193. Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, ou dos Municípios, ou sua autarquia, celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. Lei 5.172/1966 (código tributário)*

*Art. 47. É exigida Certidão Negativa de Débito-CND, fornecida pelo órgão competente, nos seguintes casos:  
I - da empresa:  
na contratação com o Poder Público e no recebimento de benefícios ou incentivo fiscal ou creditício concedido por ele; Lei 8.212/1991*

ANEXO 01

#### 2.1.2. Recolhimento em atraso do FGTS.

A Autarquia realizou recolhimento em atraso de FGTS relativo à competência 10/2012, provocando, assim, encargos de R\$ 197,46 (cento e noventa e sete reais e quarenta e

65  
CA  
4

seis centavos). Ressalva quanto à falta de planejamento e dispêndios de recursos desnecessários;

*Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. Lei 101/2000 (lei de responsabilidade fiscal)*

## ANEXO 02

### 2.1.3. Pagamentos indevidos feitos à Direção da Autarquia.

Verificaram-se folhas de pagamentos à Direção da Autarquia, em desacordo com o estatuto em vigor na época, haja vista a falta de dispositivo legal regulamentando a matéria. Deixamos a ressalva que a única norma encontrada em relação à remuneração da direção da Fachuca é o Decreto Municipal nº 684/81 que equipara os vencimentos dos diretores de Autarquias com a remuneração dos Secretários Municipais e a do vice-diretor em 50% dos vencimentos daqueles. No entanto, só através de lei é que se poderiam criar tais direitos para os diretores e a respectiva obrigação para a entidade.

Logo, como os diretores acumulavam suas funções com a do magistério somamos apenas as rubricas dos contracheques denominada de "salário direção" e estas no período de Janeiro de 2011 a Dezembro de 2012 totalizaram o montante de R\$ 103.515,00 (cento e três mil, quinhentos e quinze reais).

*Art. 75. O controle da execução orçamentária compreenderá:*

*I - a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; (grifos nosso)*

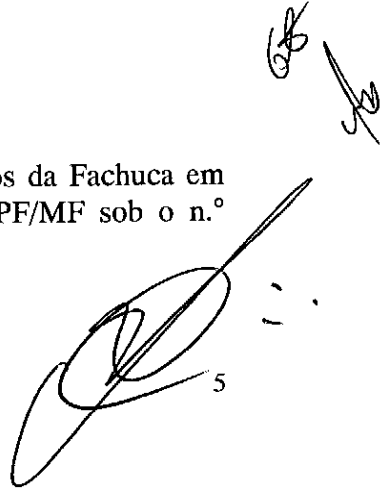
*II - a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;*

*III - o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços (Lei 4.320/1964)*

## ANEXO 03

### 2.1.4. Conta de Energia Elétrica em nome de Pessoa Física.

Encontrou-se, também, a conta de energia elétrica de um dos prédios da Fachuca em nome da Pessoa Física do Sr. Alberto José Gomes, inscrito no CPF/MF sob o n.º 104.944.484-15. Recomendamos a devida alteração;



## ANEXO 04

### 2.1.5. Contratação Indevida de Guardas Municipais pela Autarquia.

A Autarquia efetuou pagamentos a 05 (cinco) efetivos da Guarda Municipal de Cabo de Santo Agostinho no período de Janeiro de 2011 a Dezembro de 2012, inclusive com pagamento de 13º salário, valor de um salário mínimo a cada componente, havendo, inclusive, retenção do INSS sem o devido repasse a previdência social, haja vista que nenhum dos componentes fez parte da relação de empregados informada à previdência social através da GFIP, conforme se verifica na relação de empregados da Autarquia informada por GFIP no período de Janeiro de 2011 a Dezembro de 2012 em anexo (anexo 06) ao relatório.

Como os guardas já são servidores do Município, a Autarquia não precisaria remunerar os mesmos.

O valor total gasto com esta irregularidade no período de Janeiro de 2011 a Dezembro de 2012 totalizou R\$ 76.055,00 (setenta e seis mil e cinquenta e cinco reais).

## ANEXO 05

### 2.1.6. Recolhimento de Tributos sem o devido repasse ao Órgão Arrecadador competente.

Foram encontrados diversos pagamentos a pessoas físicas com retenções de INSS e ISS, muitos destes pagamentos inclusive sem a assinatura dos credores nos recibos e de acordo com a relação de empregados da GFIP nos períodos correspondentes a entidade não estava repassando os valores à previdência social, o montante total de valores previdenciários retidos e não repassados ao INSS no período de Janeiro de 2011 a Dezembro de 2012 é de R\$ 21.042,44 (vinte e um mil e quarenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), caracterizando o Crime de Apropriação Indébita, tipificado no art. 168-A, do Código Penal Brasileiro. Informamos que as relações de empregados das GFIP do período mencionado encontram-se em anexo ao relatório.

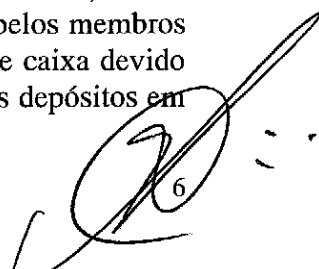
#### *Apropriação indébita previdenciária*

*"Art. 168-A. Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional."*

## ANEXO 06

### 2.1.7. Arrecadação não prevista no Orçamento e pagamentos não autorizados (caixa 02).

Foi verificado arrecadação não prevista no orçamento e pagamentos não autorizados pelo mesmo, ficando caracterizada a realização de caixa 02. Falta de previsão legal e transparência nos métodos de arrecadação da receita e nos gastos efetuados, havendo diversas retiradas pelo Diretor de valores neste caixa sem prestações de contas, com a confecção de vários recibos inadequados. Tendo em vista a dificuldade pelos membros da auditoria para conseguir fotocópias dos documentos encontrados neste caixa devido sua precariedade, foram agrupados vários recibos de pagamentos e alguns depósitos em



conta corrente da Autarquia, estes das possíveis sobras do caixa 2, e digitalizados para servir como parâmetro, os mesmos se encontram na Autarquia;

*"Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais." (Lei 4.320/1964)*

*"Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.*

*§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:*

*I - a origem e o objeto do que se deve pagar;*

*II - a importância exata a pagar;*

*III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.*

*§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:*

*I - o contrato, ajuste ou acôrdo respectivo;*

*II - a nota de empenho;*

*III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço." (Lei 432/1964)*

ANEXO 07

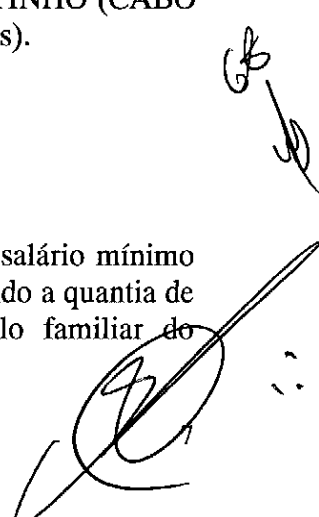
#### **2.1.8. Recibo de pagamento assinado por pessoa diversa da que consta do Empenho a que está vinculado o referido pagamento.**

Verificou-se um pagamento à ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.576.876/0001-79. No entanto, no processo de pagamento consta apenas um recibo com a denominação Rádio Estúdio FM 102,5. Ocorre que além da ausência de nota fiscal, o CNPJ constante no recibo não é o mesmo do empenho e, estranhamente, o CNPJ informado no empenho de nº 11.294.402/0001-62 é do MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO (CABO GABINETE PREFEIRO). Valor do pagamento R\$ 200,00 (duzentos reais).

ANEXO 08

#### **2.1.9. Favorecimento na contratação de estagiários.**

Havia 03 (três) estagiários, dos quais 02 (dois) recebendo bolsa de um salário mínimo de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte dois reais) à época e o terceiro percebendo a quantia de R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais). Falta da isonomia e vínculo familiar do favorecido com a Direção;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.



## ANEXO 09

### **2.1.10. Contratação e pagamentos à fornecedores e prestadores de serviços de forma ilegal.**

Foi verificado, ainda, pagamentos feitos a fornecedores e prestadores de serviços sem a autarquia seguir as normas legais para contratação, tais como, cotações de preços e exigência de certidões. Anexamos, aleatoriamente, alguns pagamentos do ano de 2011 e 2012 e informamos a existência de muitos outros.

## ANEXO 10

### **2.1.11. Compra de materiais inúteis para a Autarquia.**

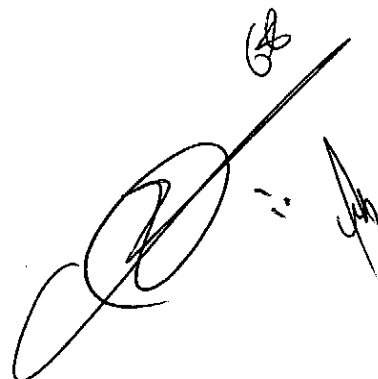
Verificamos alguns pagamentos à JOSÉ JOÃO DA SILVA DECORAÇÕES ME - CNPJ 04.454.030/0001-29, notas fiscais 0803, 0814 e 0913 totalizando o valor de R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais). A irregularidade encontra-se no material comprado pela autarquia, pois este não tem qualquer finalidade com os fins da autarquia, por mais estranho que pareça o material descrito nas notas fiscais são coroas de flores para funerais.

## ANEXO 11

### **2.1.12. Existência de Execuções Fiscais contra a Autarquia.**

Verificamos alguns pagamentos relativos a pagamentos de ações de execução fiscal de FGTS inscritos em dívida ativa, inclusive a Autarquia fez dois parcelamentos junto a Caixa Econômica Federal e não conseguiu cumprir os mesmos. Recentemente a entidade fez um terceiro parcelamento com a Caixa, isso com o objetivo da liberação do CRF (certificado de regularidade do FGTS) afim da renovação dos cursos que a Autarquia ministra. Orientamos que seja feita uma auditoria por empresa especializada no assunto, afim de que seja apurado o montante real devido pela Fachuca, e seja realizada uma defesa judicial contra esta cobrança, conforme extrato emitido pela Caixa, o montante devido em 09/10/2013 totalizava R\$ 747.786,23 (setecentos e quarenta e sete mil e setecentos e oitenta e seis reais e vinte e três centavos). Deixamos o esclarecimento que pela quantidade de empregados nos anos que analisamos nos parece improvável uma dívida neste montante, isso pode ter acontecido por informações erradas através da GFIP.

## ANEXO 12

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is a large, stylized cursive mark, and there are smaller initials or marks next to it.

### **3. CONCLUSÃO**

Desta feita, observamos que a Autarquia, no período auditado, desrespeitou normas das Leis 4.320/1964, 101/2000, 8.212/1991, 8.429/1992, Lei Complementar n.º 116/03 e o Decreto-Lei 2.848/1940 como também princípios públicos decorrentes destas normas legais e da Constituição Federal.

#### **3.1.RESPONSABILIZAÇÃO**

Diretores responsáveis pela Autarquia no período auditado:

Joaquim Severino da Silva Filho, CPF 124.721.824-49;  
Vera Lúcia Gonçalves Lins, CPF 076.559.597-04.

#### **3.2.PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO**

##### **3.2.1. Recomendações**

Tendo em vista o sem número de descumprimento das normas legais, transparência, publicidade, economicidade e continuidade dos objetivos da Autarquia, recomendamos:

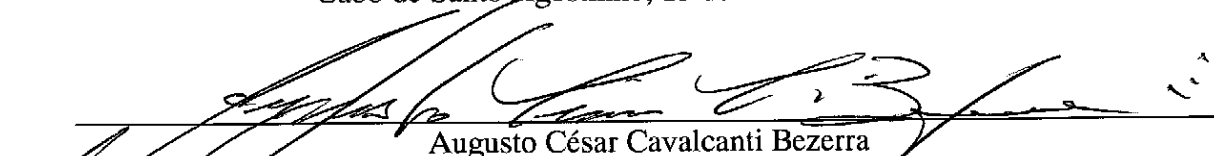
- 3.2.1.1.Levantamento patrimonial do mobiliário tombado, medição dos limites da área pertencente à entidade, inventário dos livros constante na biblioteca;
- 3.2.1.2.Capacitação do pessoal responsável pela tesouraria;
- 3.2.1.3.Exigência de nota fiscal eletrônica de todos os fornecedores e prestadores de serviços, exceto ao Microempreendedor Individual – MEI, conforme protocolo ICMS 42 e legislação;
- 3.2.1.4.Estudo para um melhor aproveitamento das áreas físicas, pois só no período noturno é bem aproveitada;
- 3.2.1.5.Adequação eletrônica e bancária da folha de pagamento;
- 3.2.1.6.Efetuar cotações de preços nas compras e serviços prestados à entidade;
- 3.2.1.7.Verificar no site da receita federal se os fornecedores e prestadores de serviços são optantes pelo simples. Caso não sejam enquadrados no supersimples, efetuar as retenções de tributos conforme legislação em vigor;
- 3.2.1.8.Consultar o art. 70 da Lei Municipal 1.993/2001 que isenta diversos autônomos do ISS (impostos sobre serviços), com o objetivo de evitar retenções indevidas;

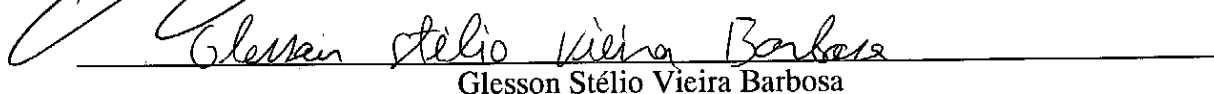
3.2.1.9. Reter o ISS (impostos sobre serviços) de acordo com o Art. 73 da Lei Municipal 1.993/2001 que considera responsável pelo imposto qualquer tomador de serviços, pessoa física ou jurídica, quando o prestador do serviço estabelecido ou domiciliado neste Município não comprovar a sua inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes ou deixar de emitir a Nota Fiscal de Serviços, estando obrigado a fazê-lo.

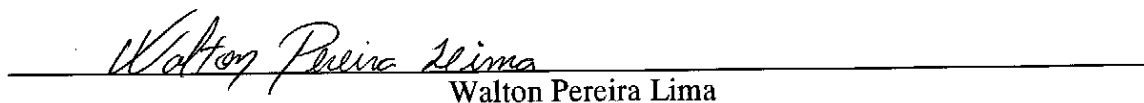
3.2.1.10. Proceder respectivo processo licitatório, quando assim for necessário.

È o Relatório

Cabo de Santo Agostinho, 13 de Fevereiro de 2014.

  
Augusto César Cavalcanti Bezerra

  
Glesson Stélio Vieira Barbosa

  
Walton Pereira Lima

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania do Cabo de Santo Agostinho**

---

Cabo de Santo Agostinho, 02 de dezembro de 2014.

**Ofício nº 942/2014-2ª PJDC**  
Ref. ao IC 07/2014

Senhora Controladora,

Cumprimentando-a cordialmente, venho, por meio do presente, remeter cópia da petição inicial de Ação Civil Pública pela prática de ato de improbidade administrativa ajuizada por esta Promotoria, com base nas análises realizadas por comissão constituída por esta Controladoria, para realização de trabalhos de auditoria em relação à gestão de recursos da FACHUCA, no período de janeiro de 2007 a agosto de 2013.

Nesta oportunidade, parabenizo a equipe desta Controladoria pelos trabalhos realizados, bem como informo que a demora no ajuizamento da respectiva ação se deveu ao atraso por parte da Secretaria Estadual de Educação, na apresentação de resposta a ofícios desta Promotoria, bem como ao acúmulo de serviço.

Atenciosamente,



**Alice de Oliveira Moraes**

**Promotora de Justiça**

Exma. Sra.  
Dra. Alinne Girlaine Liberal Torreão,  
Controladora Geral do Cabo de Santo Agostinho-PE.